



CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR - Camex
1ª Reunião Ordinária do Conselho de Estratégia Comercial – CEC
16 de dezembro de 2019 – 15h

ATA

Aos 16 dias do mês de dezembro do ano de 2019, às 15 horas, realizou-se a 1ª Reunião Ordinária do Conselho de Estratégia Comercial da Câmara de Comércio Exterior do Ministério da Economia. O Sr. Jair Messias Bolsonaro, Presidente da República, presidiu a reunião, que contou com a presença dos seguintes membros: Paulo Guedes, Ministro da Economia; Ernesto Araújo, Ministro das Relações Exteriores; Tereza Cristina, Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Fernando Azevedo e Silva, Ministro da Defesa; Vicente Santini, Secretário-Executivo da Casa Civil da Presidência da República.

Participaram ainda, como convidados sem direito a voto, os Srs. Bruno Aranha, representante do BNDES, e Gerson Menandro, representante da Apex-Brasil. A lista dos demais presentes consta como anexo desta Ata.

I. Abertura e boas vindas

O Sr. Presidente da República abriu a reunião cumprimentando os presentes e destacando a importância da recriação da CAMEX em 2019, enfatizando ainda a relevância da agenda de inserção global para o desenvolvimento da economia brasileira.

Na sequência, passou a palavra ao Sr. Ministro da Economia, que discorreu sobre a importância estratégica de se manter a coordenação dos temas da agenda internacional em um fórum de alto nível como o Conselho de Estratégia Comercial (CEC), composto pelos Ministros de Estado e focado na necessidade de intensificar o esforço de recuperação da economia brasileira, atacando frentes tais como os acordos internacionais de comércio e o financiamento às exportações de produtos e serviços da Base Industrial de Defesa brasileira.

II. O Conselho de Estratégia Comercial: objetivos e grandes linhas de atuação

Após breve introdução sobre o tema, o Sr. Ministro da Economia passou a palavra ao Sr. Secretário Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais, Marcos Troyjo, para detalhamento das grandes diretrizes norteadoras do CEC. Dentre elas, apontou a relevância do CEC como *locus* de discussão dos grandes temas da política comercial brasileira, tais como o desenho de programas específicos para os principais parceiros comerciais brasileiros incluindo os vetores de exportação, importação, investimentos e financiamento. Destacou também a importância de se pensar as políticas macroeconômicas de forma sinérgica, citando exemplos como o relacionamento entre política comercial e políticas de infraestrutura, industrial e monetária, dentre outras.

III. Discussões:

a. Encontro Anual do Fórum Econômico Mundial em Davos (jan/20)

O Sr. Secretário Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais destacou que o próximo Encontro Anual do Fórum Econômico Mundial deverá ser o maior da história, uma vez que se comemorará a sua 50ª edição em 2020, com o tema “*Stakeholders for a Cohesive and Sustainable World.*”

O Min. Paulo Guedes pontuou que a mensagem que deve ser levada a Davos de refletir o papel do Brasil como grande eixo da economia liberal na América Latina, ao que o Min. Ernesto Araújo complementou destacando a importância de se posicionar o Brasil como polo de democracia e de abertura econômica. O Sr. Ministro das Relações Exteriores destacou ainda, em coro com a Min. Tereza Cristina, a relevância de se levar informações adequadas sobre a realidade ambiental brasileira, tais como iniciativas de exploração sustentável da Amazônia, sendo complementado pelo Min. Paulo Guedes que recordou a importância de se abordar também a Matriz Energética limpa brasileira em Davos. Por último, o Sr. Ministro da Defesa enfatizou a pertinência de se apresentar números relativos aos esforços do Governo Brasileiro na contenção das manchas de óleo que atingiram a costa brasileira no último trimestre de 2019.

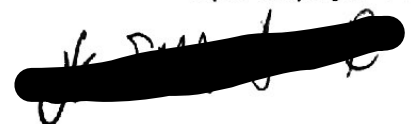
b. Visita Presidencial à Índia (jan/20)

O Min. Ernesto Araújo iniciou sua fala enfatizando que o convite feito pelo Primeiro-Ministro Indiano ao Sr. Presidente da República é bastante simbólico, uma vez que a Visita Presidencial brasileira acontecerá no marco da data nacional indiana. Relatou ainda que o Ministério de Relações Exteriores, em parceria com a Apex-Brasil, está organizando seminário empresarial na ocasião e que deverá ser assinado Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos. Estuda-se ainda a possibilidade de estabelecimento de diálogos para ampliação do escopo do Acordo Mercosul – Índia. A Min. Tereza Cristina recordou que o lado indiano solicitou que se estabeleça diálogo sobre bioenergia por ocasião da Visita Presidencial brasileira, sendo endossada pelos Srs. Ministros das Relações Exteriores e da Economia.

IV. Deliberações

Com relação à deliberação sobre a adesão brasileira ao Acordo sobre Compras Governamentais (GPA, do inglês *Government Procurement Agreement*) da Organização Mundial do Comércio, o Sr. Ministro da Economia e o Sr. Secretário Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia apresentaram resumo dos benefícios da adesão do Brasil ao acordo e recomendaram que o Conselho concedesse mandato para que o país pudesse dar início às negociações para sua adesão ao GPA.

Sobre os benefícios esperados como consequência da adesão ao GPA, destacaram o acesso privilegiado que o país passará a ter ao mercado de compras públicas de seus 48 países membros, o que equivale a um mercado de aproximadamente US\$ 1,7 trilhão/ano. Adicionalmente, a adesão ao GPA aumentará a concorrência entre fornecedores e prestadores de serviços nas licitações brasileiras, tendendo, assim, a gerar redução de custos nas compras públicas, assim como a coibir práticas anticoncorrenciais e a formação de cartéis nas licitações. Trata-se ainda de movimento que enviará um sinal positivo sobre as políticas do país no contexto dos trabalhos para adesão do Brasil à OCDE. Reforçará ainda a posição construtiva do Brasil nas negociações no âmbito da OMC, estando em linha com a participação ativa



da atual administração em discussões em áreas como comércio eletrônico, facilitação de investimentos e subsídios à pesca.

Considerando a experiência de outros países que recentemente passaram a fazer parte do GPA, espera-se uma negociação que dure alguns anos, sendo necessário esforço constante de coordenação interna entre os Ministérios envolvidos. O representante do Ministério de Relações Exteriores mencionou que seria adequada a criação formal de Grupo de Trabalho para tratar da adesão do Brasil ao GPA no âmbito da Câmara de Comércio Exterior para manter o engajamento e a coordenação interna de todos os atores relevantes.

Por fim, o Sr. Secretário Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais mencionou que seria desejável realizar o anúncio da solicitação brasileira de adesão ao GPA durante a reunião do Fórum Econômico Mundial de Davos, prevista para ocorrer entre os dias 21 e 24 de janeiro.

Decisão: por unanimidade, o Conselho aprovou: i) o mandato para que o Brasil solicite e negocie sua adesão ao Acordo sobre Compras Governamentais da OMC (GPA); e ii) que o referido anúncio seja feito durante a reunião do Fórum Econômico Mundial de Davos, em janeiro de 2020.

V. Relatos

a. Financiamento às Exportações

Relator: Ministério da Economia

A Secretária Especial Adjunta de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais apresentou relato acerca do diagnóstico do Sistema de Crédito Oficial à Exportação brasileiro, com especial ênfase no Seguro de Crédito à Exportação (SCE), lastreado no Fundo de Garantia à Exportação (FGE). Tal apresentação teve o intuito de subsidiar o debate entre os membros do Conselho acerca das possibilidades de reforma do sistema de apoio oficial à exportação concedido pela União.

Nesse sentido, foram apresentados os números do SCE/FGE, tais como a exposição total da carteira do fundo, com recortes por setor e por país, bem como o histórico de recolhimento de prêmios e pagamento de indenizações. Diante do exposto, os membros discutiram acerca da necessidade do estabelecimento de diretrizes para a reforma desse importante instrumento de política pública. Dentre os pontos a serem considerados no processo de reforma, destacou-se a necessidade da ampliação da eficiência na utilização dos recursos públicos, buscando reduzir a dependência orçamentária do sistema e ampliar a participação do setor privado, considerando sobremaneira os princípios de sustentabilidade financeira e equilíbrio atuarial de longo prazo.

Por fim, ampliando o escopo para o sistema de apoio oficial em geral, também foram mencionadas a necessidade de aprimoramento dos mecanismos de governança e transparência do mesmo e a importância da promoção do alinhamento técnico e normativo da União às melhores práticas internacionais.

Foi ressaltado ainda, pelo Ministro da Defesa, a importância de que a estrutura do novo Sistema de Crédito Oficial à Exportação brasileiro leve em consideração as peculiaridades do setor de defesa, tendo em vista que atualmente, o sistema não é efetivo, com regras de acesso pesadas e restritivas, e muitas vezes impeditivas.




b. Programa Mais Alimentos Internacional - PMAI


Relator: Ministério das Relações Exteriores

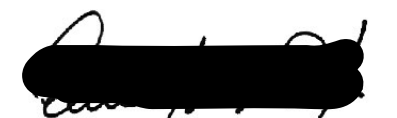
O Ministro das Relações Exteriores destacou que, em que pese a necessidade de aprimoramento geral do Sistema de Crédito Oficial à Exportação brasileiro, é fundamental honrar compromissos já assumidos pelo Brasil no âmbito do Programa Mais Alimentos – PMAI. Informou que a importância do programa foi mencionada por altas autoridades de países africanos que havia visitado recentemente. O Ministro da Defesa endossou as palavras do representante da pasta de Relações Exteriores acerca da importância desse tipo de programa para a política externa brasileira em amplo espectro. Por último, o Ministério de Relações Exteriores solicitou que fosse encaminhada ao Gecex proposta de prorrogação de dois Memorandos de Entendimento amparados pelo PMAI, um com Senegal e um com Gana, tendo em vista seu eminente vencimento e o fato de o Brasil ainda não haver desembolsado a última *tranche* de ambos. O pedido foi acatado pelos demais membros do CEC.


VI. Considerações Finais

Nada mais tendo a relatar, encerra-se a presente ata.



JAIR MESSIAS BOLSONARO
Presidente da República


VICENTE SANTINI
Secretário-Executivo da Casa Civil da Presidência da República
FERNANDO WANDSCHEER DE MOURA ALVES
Secretário-Executivo Adjunto
(Suplente) da Casa Civil da Presidência da República


FERNANDO AZEVEDO E SILVA
Ministro da Defesa


ERNESTO ARAUJO
Ministro das Relações Exteriores


PAULO GUEDES
Ministro da Economia


TEREZA CRISTINA
Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento